

O ESQUECIMENTO/APAGAMENTO COMO AVESSE CONSTITUTIVO NO (PER)CURSO DA MEMÓRIA DISCURSIVA: O (O)CASO DE MONUMENTOS¹

FORGETTING/ERASING AS A CONSTITUTIVE INSIDE IN THE (PER)COURSE OF DISCURSIVE MEMORY: THE (O)CASE OF MONUMENTS

Gesualda dos Santos Rasia²

RESUMO: Neste estudo debatemos, na perspectiva da Análise do Discurso, acerca das disputas em torno da narrativa histórico-memorialística. Tomamos por objeto debate institucional em torno da alocação ou não em local público de busto de personagem histórico. Apresentamos os argumentos das diferentes posições à luz da inscrição ideológica dos sujeitos e procuramos entender, na construção/defesa das diferentes propostas, os modos pelos quais a memória se manifesta, da fixidez ao movimento. Memória histórica que se coloca como narratividade a ser interpretada, porque emerge enquanto discursividade. Mobilizamos, para tanto, as noções de apagamento, substituição, dobradura e a de memória como sutura, na perspectiva de mostrar, pelo funcionamento linguageiro-discursivo, como esses funcionamentos se materializam nas práticas em confronto e nos sentidos em dissenso.

Palavras-chave: Memória; esquecimento; substituição; apagamento; sutura.

ABSTRACT: In this study, we debate, from the perspective of Discourse Analysis, about the disputes around the historical-memorialist narrative. Our object is an institutional debate about the allocation or not of bust of a historical character in a public place. We present the arguments of the different positions in the light of the subjects' ideological inscription and try to understand, in the construction/defence of different proposals, the ways in which memory manifests itself, from fixity to movement. Historical memory that stands as narrativity to be interpreted, because it emerges as discursiveness. For that, we mobilize the notions of erasure, substitution, folding and memory as suture, in the perspective of showing, through the linguistic-discursive functioning, how these functionings are materialized in the practices in confrontation and in the meanings in dissent.

Keywords: Memory; forgetfulness; substitution; erasure; suture.

¹ Trabalho apresentado, em uma primeira versão, no IV Seminário dos Estudos do Discurso e da Argumentação - SEDIAR, na Universidade de Buenos Aires - UBA, em março de 2018.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, área de concentração Teorias do Texto e do Discurso. Professora na Universidade Federal do Paraná - UFPR, onde atua na graduação e na pós-graduação. Estágio pós-doutoral na área de Estudos do Discurso, na UFRGS e na área de Filosofia da Linguagem, na Université Paris 8, com projeto de estudos aprovado pelo Edital Estágio-Sênior da CAPES. Vice-coordenadora do PPG-Letras da UFPR e presidente do CELSUL, biênio 2021-2022.

1 Introdução

Este trabalho, fundamentado na Análise do Discurso pècheuxtiana, discute as relações de conflito e de contradição implicadas no debate contemporâneo em torno da proposta de substituição de monumentos em celebração a personagens da Ditadura brasileira. Situamos o referido debate a partir de pontos de discussão suscitada por evento acontecido no âmbito da Universidade Federal do Paraná, em torno da realocação ou não, em espaço público, do busto em homenagem ao ex-reitor Flavio Suplicy de Lacerda. A discussão deriva de ofício encaminhado pelo Reitor da instituição ao Conselho Universitário, informando acerca da reconstituição do busto e solicitando discussão sobre a alocação. A proposta recebeu parecer inicial com proposição acerca da instalação da peça “em local seguro, protegido e apto a permitir a sua visualização pelo público, viabilizando a difusão da memória histórica da UFPR.”³ Após ampla discussão entre os pares, em março de 2016 é encaminhada solicitação ao departamento de História para que professores de comissão designada fundamentem o caso a partir da consideração do busto como monumento/patrimônio histórico implicado na memória social e coletiva. A comissão instituída decide pela realocação da peça em seu local de origem, com placas indicativas dos diferentes momentos que marcaram sua trajetória e polêmicas. O segmento estudantil questiona a realocação e demanda ampliação do debate. Em agosto do mesmo ano o Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas manifesta-se contrário à decisão e constitui nova comissão, que se posiciona pela não realocação do busto no local de origem. A partir de pedido de vistas de uma conselheira, é emitido novo parecer, sugerindo a alocação da peça no Museu Paranaense. O debate amplia-se, antes de chegar ao Conselho Superior da instituição, envolvendo entidades de classe interessadas e constrói-se encaminhamento de consenso. A proposta configura-se pela elaboração e construção de um museu do percurso, com agregação de outros ícones polêmicos, todos com narrativas alusivas à disputa de perspectivas e posições.

Ministro da Educação entre 1964 e 1966, Lacerda foi apoiador do golpe militar no Brasil e esteve à frente de acordos históricos que viriam a prejudicar o ensino brasileiro nas décadas posteriores. Por esta razão, o monumento foi derrubado e retirado do local por duas ocasiões. A primeira, nos movimentos estudantis de 68, e a segunda, em ato simbólico de rememoração ao Maio de 68 e de comemoração aos 50 anos do fim da Ditadura Militar brasileira em 2014.

No trajeto que teceu a decisão final do referido Conselho confrontaram-se diferentes posições acerca de um ato proposto em nome da memória. Alguns defenderam a retirada do busto em nome do apagamento de um lugar de memória/celebração de uma persona *non grata* à vida política do país. Já outros advogaram em favor da permanência do memorial, posição esta subdividida entre a) o entendimento de que as contribuições de Lacerda enquanto reitor da instituição não restam subsumidas diante de suas ações de convívio com a Ditadura Militar e b) a leitura de que a simples retirada do busto não apaga a história e suas contradições. O lugar teórico no qual nos inscrevemos considera os acontecimentos na perspectiva das relações de força em que estes se situam no corpo social e como esses embates tomam forma na materialidade linguageira onde são travados. A prática da análise discursiva acontece, então, numa alternância entre a descrição de arranjos linguísticos e a interpretação (PÊCHEUX;

³ O referido trecho e as demais informações concernentes ao debate em torno do Busto do ex-Reitor Suplicy de Lacerda foram extraídas do Processo 23075.108901/2015-65, do Conselho Universitário da UFPR.

FUCHS, [1975] 1993). O *corpus* de análise toma como referência o Ofício da Reitoria, 868/2015, que solicita deliberação acerca do local onde o busto deveria se reinstalado, e o põe em relação com recortes do processo que compõem a capilaridade do estudo, como argumentos apresentados nas sessões nas quais a questão foi discutida, assim como o parecer final à questão.

2 Sobre monumentos como lugar de celebração-memória

O olhar humano acostumou-se com o estar circundado, em praças públicas, nas cidades, pela presença marmórea de bustos e estátuas que dizem, de diferentes modos, sobre passados que sedimentam nossos presentes. Os sujeitos ali representados não são anônimos quaisquer, mas vultos que participaram de modo emblemático da historicidade que compôs/compõe os espaços. E digo historicidade já me inscrevendo no lugar teórico a partir do qual falo, a AD francesa, uma vez que, diversa da história, a historicidade é constitutiva da produção dos sentidos, condensando em seus movimentos as tensões inerentes aos jogos de forças tecidos no corpo social. É assim, pois, que os bustos e estátuas aos quais me refiro reportam a sentidos diferentes, em que pese sua imobilidade pétrea.

Le Goff (1990, p. 434) assinala que desde a Antiguidade os “arquivos de pedra” acrescentavam à função de arquivos propriamente ditos um caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea.

Em rastreamento que este autor faz dos sentidos da palavra *memória* no decurso do tempo, ele afirma que no século XVI, mais especificamente em 1552, “aparecem os *mémoires* escritos por um personagem, em geral de qualidade: é o século em que a história nasce e o indivíduo se afirma.” (*op. cit.*, p. 461). Já o século XVIII é o da motivação religiosa, quando a celebração via memoriais de caráter cristão partilha espaço com a memória dedicada às Revoluções, caso emblemático da França dos finais do século XVIII. Contudo, esse movimento não se dá sem contradições, conforme se depreende da proposição de Le Goff (*op. cit.*, p. 464):

Se os revolucionários querem festas comemorando a revolução, a maré da comemoração é sobretudo um apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um instrumento de governo [...] A comemoração do passado atinge o auge na Alemanha nazista e na Itália fascista.

É na esteira desse espírito que a memória assume novas formas de materialização, multiplicando-se as inscrições em monumentos, moedas, placas de parede e placas comemorativas aos mortos. E, até os nossos dias, passa a confundir-se com a própria história, nas palavras de Nora (*apud* LE GOFF, 1990, p. 473), de modo que a história se desenvolve “sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização.” Contudo, Nora assinala que contemporaneamente há uma mutação nas formas de estabilização da memória na medida em que há a renúncia a uma temporalidade linear, “em proveito dos tempos vividos múltiplos ‘nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo’” (*op. cit.*, p. 474).

Essa perspectiva nos interessa, enquanto analista de discurso, uma vez que consideramos a constituição da memória desde o lugar do político e das injunções do ideológico, o que nunca

é individual. Em obra magistral, intitulada *Lugares de Memória*⁴, Pierre Nora (1993) cunha a designação *lugar de memória*, no interior do campo da história, pondo em relevo justamente o ponto de encontro entre a dimensão coletiva e a individual, em um tempo de questionamento das formas de relacionamento com o passado, ante a efemeridade das coisas, junto à necessidade de discussão sobre a identidade nacional francesa diante dos desafios carreados pela globalização.

Sobre a efemeridade das coisas presentes, na relação contraditória com o passado, Nora (*op. cit.*) aponta para o *esfacelamento* da memória, afirmando que “Fala-se tanto da memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p. 1). Esse caráter paradoxal constitui o próprio de sua dimensão contraditória (aqui já no sentido discursivo): “Há locais de memória porque não há mais meios de memória.” (*op. cit.*). E nos convoca a pensar, por exemplo, na mutilação que representou o fim dos camponeses, absorvidos enquanto coletividade-memória, ante o apogeu do crescimento industrial. O paradoxo permanência-desaparecimento é assim sintetizado pelo pensador:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade [...]. São os rituais de uma sociedade sem ritual [...]; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, pp. 12-13)

O resto assume o lugar da perenidade e passa a sedimentar o que era até então volátil, fragmentado, em um movimento metonímico, produzindo efeito de totalidade, inteireza, completude. No jogo essência x aparência, dilui-se sua razão de ser. Como bem afirma Nora (*op. cit.*), “se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.”. Eis o ápice do paradoxo, da contradição. E aqui cabe diálogo com Robin (2016, pp. 23-34), quando essa autora traz à baila a transformação dos restos mortais de Lênin, sob ordem de Stálin, na URSS de 1941, invadida pela Alemanha, em monumento magistral. Diametralmente na contramão do que o próprio Lênin defendia:

uma arte do povo, do cotidiano, que passaria pela instalação de slogans, certamente, mas seriam executadas rapidamente, com objetivos pedagógico e utilitário, pelas estátuas, e esses monumentos ou essas estátuas não seriam talhados em materiais nobres, nem mármore, nem bronze, nem granito, mas em materiais ordinários, fáceis de obter e trabalhar, como o estuque ou o gesso, obras feitas para o momento, respondendo à atualidade. (ROBIN, 2016, pp. 23-24)

Essa *memória de ferro*, como nós a designaríamos, não perfaz o trajeto do slogan à sedimentação, seu percurso é inverso, uma vez que é imposta desde a superestrutura, não tendo sido necessariamente tecida pelas massas. Lênin reivindicava que os monumentos fossem

⁴ *Les Lieux de Mémoire* é obra coletiva, escrita entre 1984 e 1992, em sete volumes, coordenada por Pierre Nora e publicada pela Gallimard.

temporários, ao passo que Stálin queria a imortalização, e as configurou “monumentais, assustadoras, com imensos pedestais, símbolos de intimidação e poder.” (*op. cit.*).

Se por um lado a memória que se propõe como pétrea/férrea intenta a permanência, a eternização, por outro lado, a história tem mostrado, em seus dissensos, que essa estrutura material não lhe garante o abrigo à reconfiguração, à queda, à reconstrução/reconstituição. Retomando Nora (1993), o monumento, como lugar de memória, é necessário porque há ameaças a esta mesma memória que se propõe eterna. Não por acaso a lógica proposta por Lênin era outra, apostava no percurso, e não no produto.

3 Sobre as condições de produção do evento em torno do monumento-memória

O evento que suscitou este estudo, qual seja, o dissenso em torno da permanência ou não do busto do ex-reitor da UFPR, Suplicy Lacerda, em espaço visível da instituição, é composto por múltiplas e diferentes instâncias. A apresentação do fato pode se dar, portanto, a partir de filtros diversos, a depender do modo como se queira conduzir o olhar interpretativo. E, neste caso, o recorte selecionado como desencadeador da narrativa é justamente o espaço do *dissenso*, a divisão de posições acerca da permanência ou não do busto em um lugar de celebração/comemoração. Empregamos a noção de dissenso, aqui, a partir de leitura que Cazarin (2005) faz de Rancière (1996)⁵, em cotejo com a AD, e afirma que

O dissenso/o desentendimento opera quando um mesmo enunciado pode produzir sentidos distintos ou, até mesmo, opostos, dependendo da formação discursiva em que está inscrito o sujeito enunciadador, leitor ou ouvinte, ou seja, o gesto interpretativo é marcado pela ideologia e pela história, constitutivos do discurso. (CAZARIN, 2005, p. 60)

O ataque físico ao busto de Suplicy de Lacerda, enquanto obra de arte e monumento histórico, simbolizou o desagravo coletivo às ações impetradas contra a população pelo referido reitor e então Ministro da Educação (1964-1966), o qual imputou proibições e cerceamentos aos estudantes. Essa perspectiva, designada pelos estudantes de “descomemoração”, materializa no campo da língua os sentidos desse tempo de entremeio, de suspensão da memória. O sufixo -des, agregado a um radical pela via da impossibilidade - porque não há como apagar da memória coletiva que já houve comemoração - aponta, assim como as quatro placas sugeridas no Parecer de 2016, para o efeito dobradura⁶, em que, se substituindo, na tentativa de reparação, incorre-se na possibilidade de produzir o esquecimento da memória histórica. E esquecimento, aqui, não é pura e simplesmente o cognitivo, porque os fatos até podem ser referidos e trazidos à tona, mas esquecimento do que esses mesmos fatos significaram em relação à memória silenciada, a dos oprimidos, e que reclama por sua narratividade. O pedestal vazio, por outro lado, com a estrutura de base aniquilada, significaria memória efetiva da resistência, em confronto à memória da celebração, instituída pelo possível retorno da escultura, restaurada, ao lugar de origem. Robin nos ajuda a entender uma das dimensões dessa impossibilidade:

⁵ RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

⁶ Propomos a discussão desse efeito a partir da noção da memória como dobradura, cunhada por Indursky (2015), e que será abordada na sequência.

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência anterior de seus ancestrais. Embora surja uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das antigas lendas. (ROBIN, 2016, p. 31)

As ações de 2014 foram comandadas pelo *Levante Popular da Juventude*, quando o busto foi retirado do pedestal, pichado e arrastado pelas ruas. Inserida no contexto de um conjunto de protestos, a prática foi anunciada como “descomemoração” da implantação do Regime Militar no país há 50 anos. O prefixo -des, no significante, aponta para uma dupla possibilidade de leitura, se não mais. De uma parte, a enunciação de que não há nada a celebrar, comemorar. Assassínatos, cerceamento de liberdades individuais e coletivas, ataques à democracia só podem ser lamentados. De outra parte, anunciar, na base da negação do próprio significante, que há, sim, os que comemoram, celebram, e a esses e a isso é preciso se opor. Há ainda que se identificar as transmutações dos nomes, as sutilezas do trabalho com a memória tecidas, por exemplo, em designações como “revolução”, propostas em substituição a *ditadura*.

É na perspectiva do trabalho sobre o significante produzindo sentidos na história que Indursky (2015) mobilizou para a discussão os atos de descomemoração, conhecidos como *esculacho*:

um movimento espontâneo surgiu no Brasil, revelando que, em uma determinada parcela de jovens, há a consciência de que algo precisa ser feito para que a *política do esquecimento* não se perpetue. Trata-se de um movimento social que leva o nome de *Levante Popular da Juventude*. Eles promovem o que chamam de *esculachos* ou *escrachos* diante das casas onde vivem torturadores, denunciando-os a seus vizinhos [...]. Seus atos repudiam a impunidade dos agentes da ditadura. Os manifestantes consideram os *esculachos* como um modo de *fazer uma condenação moral dos torturadores, enquanto a possibilidade de uma condenação judicial não se apresenta*. (INDURSKY, 2015, pp. 19-20, grifos da autora)

Destacamos aqui o aspecto da lacunaridade, que põe em tela o dissenso, a divergência, desestabilizando, na derrubada dos monumentos, a memória pétrea, intocável, até então não debatida no âmbito da abertura democrática. É nessa perspectiva que o gesto de derrubada do busto inscreve-se na prática do *escracho* / “*esculacho*”, assumido e assinado pelo *Levante Popular da Juventude*, com registro fotográfico em sua página.

O referido movimento apresenta-se como “Uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação estrutural da sociedade brasileira.”, definição esta que consta no perfil da entidade, na rede social Facebook (*Levante Popular da Juventude*, 2021).

Figura 1



Fonte: Levante popular da Juventude, 2014.

Figura 2



Fonte: Levante Popular da Juventude, 2014.

Na sequência, transcrevemos parte do manifesto publicado pelo *Levante Popular da Juventude*, em sua página, justificando o porquê da derrubada:

No dia 01 de abril de 2014 o Levante Popular da Juventude, juntamente com outros movimentos de estudantes e organizações [...] derrubou o busto do ex-reitor e ex-ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda. Suplicy foi ministro da Educação no governo do General Castelo Branco, de 15 de abril de 1964 a 8 de março de 1965, e de 22 de abril de 1965 a 10 de janeiro de 1966, sendo um dos agentes coniventes com a ditadura e o principal responsável pelo acordo MEC-Usaid, que visava transformar o ensino brasileiro num projeto tecnocrático, alinhado aos interesses imperialistas dos EUA e do capital estrangeiro. Lembramos o que aconteceu em maio de 1968, quando estudantes arrancaram o busto de Suplicy de Lacerda e o arrastaram pelas ruas de Curitiba. E o faremos quantas vezes forem necessárias! Até que essa herança maldita da ditadura militar possa ser retirada de nossas costas! Nesse 1.º de abril, ao lembrarmos os 50 anos do golpe militar que assolou nosso país, consideramos ser inadmissível que tal monumento ainda hoje permaneça na Universidade Federal do Paraná, uma instituição pública e que deve servir aos interesses do povo brasileiro, e não exaltar um agente da ditadura. [...] (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2014)

A enunciação do Movimento assume posição explícita de substituição da memória, com o objetivo de contrapor os interesses do povo, democráticos e republicanos, com aqueles que servem aos interesses do grande capital. Se por um lado tal discurso estabelece um claro antagonismo entre forças opostas, por outro, nos diz sobre a contradição inerente ao próprio da constituição da matéria memorialística. No presente histórico, de estado democrático, a possibilidade do dizer amplia os espaços de denúncia, ao mesmo tempo que, no limite, abre também para espaços de revisionismo, por exemplo, aqueles que questionam se houve, de fato, uma Ditadura neste país. E é na ordem dos significantes que se materializam as tensões decorrentes das relações contraditórias, próprias mesmas do funcionamento do Estado Democrático de Direito.

É no espírito do conflito histórico-discursivo que a proposição da reitoria é questionada por significativa parcela da comunidade acadêmica. Este segmento entende a recolocação do busto como afronta à memória histórica, com respaldo no argumento acerca das posições contrárias à democracia que o reitor homenageado assumira quando de seu mandato e quando de seu posto de ministro durante a Ditadura Militar, especialmente contra os estudantes e o ensino brasileiro. Vale dizer que a colocação em xeque acerca dessa postura assume feição mais candente no ano de 2015, em razão do contexto político em que a discussão se insere. Se o ano de 2014 instaurou um tempo de celebração em relação ao fim da Ditadura Militar, 2015 pode-se dizer que foi o ano em que se evidenciou a agudização da fronteira entre as posições de esquerda e de direita no Brasil, marcada, simbolicamente, pelas batidas das panelas nas janelas das capitais. É o ano de culminância das marchas de rua que exigem o fim da corrupção na política. É também o ano que antecede o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Se a segmentação direita-esquerda é plena de contradições e imprecisões, os embates do corpo a corpo nas redes sociais e no cotidiano ignoram isso e tomam por evidente uma fronteira, como se definida ela fosse.

4 O evento de memória: entre a fixidez e o movimento

Os bustos, assim como outras materialidades, funcionam como lugares de memória, de celebração e de crítica (NORA, 1993). O caso em tela, que instaura o dissenso acerca da legitimidade de tal gesto, nos instiga a discutir sobre os diferentes modos de funcionamento da memória, a saber: a memória como repetição e acontecimento (PÊCHEUX, 1999); a memória como substituição (ROBIN, 2016); a memória como dobradura (INDURSKY, 2015) e a memória como *sutura* (RASIA, 2020).

Pêcheux (1999) apresenta a memória discursiva enquanto possibilidade de estruturação de materialidades discursivas implicadas em movimentos que tendem à repetição e à regularização. Nas palavras do autor, a memória é “aquilo que frente a um texto que aparece como acontecimento a ler, reaviva os implícitos, ou seja, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc., indispensáveis à sua leitura, colocada como condição do legível no que tange ao próprio legível.” (1999, p. 52). Diante disso, pode-se dizer, ainda na esteira do pensamento do autor, que a regularização discursiva se desestabiliza diante de novos acontecimentos, num jogo de forças que busca, ao mesmo tempo, manter a regularização dos enunciados, ao mesmo tempo em que perturba a memória que pode absorver o acontecimento. Vale lembrar, aqui, o postulado pêcheuxtiano dos enunciados enquanto “linguisticamente descritíveis como séries léxico-sintaticamente determinadas de pontos de deriva possíveis” (PÊCHEUX, 2006, p. 53). Se considerarmos o objeto busto como materialidade que fez convergir enunciados diversos, e por isso constituiu-se enquanto materialidade histórica, podemos considerar esse conjunto de enunciados na relação que instauram entre repetição/regularização e acontecimento. É nessa perspectiva que trazemos a primeira sequência discursiva recortada do Processo de Instalação do busto do ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda na UFPR, o qual demarcou-se como desencadeador do dissenso:

SD1 – Em 03 de dezembro de 2015, o Magnífico Reitor encaminha ao presidente do COUN ofício UFPR868/15 – R informando a reconstituição do busto do ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda e solicitando deliberação deste Conselho acerca do local no qual o busto deve ser instalado, considerando tratar-se de um monumento histórico, independentemente de juízos de valor à persona representada na obra.

A posição de autoridade máxima, representada pelo Reitor da instituição, tece dois movimentos que significam de modo especial: ele *informa* acerca da reconstituição do busto, algo já consumado, portanto, e *consulta* o Conselho Universitário sobre o *local de instalação*. Toma por sabido, por evidente que o busto será reinstalado em algum local. A não recolocação, que legitimaria a depredação como descomemoração não é cogitada. Ou seja, não é posto em questão, em momento algum, o mérito e o sentido da celebração. Instaura-se um lugar de repetibilidade em relação à celebração referente à década de 50, quando a peça foi fixada em pedestal de granito, no pátio da instituição, por ocasião da sede da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e entendeu-se pertinente a homenagem ao terceiro reitor, 1949-1964 e 1967-1971. Por outro lado, os pontos de deriva já se instauram na própria tentativa de cerceamento do sentido, quando o sujeito do discurso institucional se antecipa e coloca-se lá adiante, prevendo o lugar do dissenso: *considerando-se tratar-se de um monumento histórico, independentemente de juízos de valor à persona representada na obra*. A ilusão de controle do dizer, constitutiva da evidência do sentido, apaga a refração de que se reveste qualquer monumento

histórico, e, com isso, faz com que o sujeito do discurso esqueça/apague também a necessária intrincação que há entre história e memória, no sentido de um laço constitutivo e necessário.

Memória e esquecimento constituem, mutuamente, o avesso do mesmo. Se as noções de esquecimento n. 1 e 2, definidas por Pêcheux (1988), remetem à relação do sujeito com a ordem do dizível⁷, a noção de memória tem a ver com a mobilização e emergência desse enunciável a partir da inscrição do sujeito nos domínios de saber nos embates travados em meio ao complexo das Formações Ideológicas. Se colocarmos em cotejo diferentes reivindicações de apagamento e/ou substituição da memória coletiva por meio de seus símbolos, entenderemos que essas disputas derivam dos modos como diferentes agrupamentos de sujeitos pleiteiam o protagonismo de suas perspectivas ideológicas. A ideologia entendida como presença que se interpõe entre o real e a realidade, ao mesmo tempo em que nomeia a distância entre as palavras e as coisas, também estabelece o laço entre essas duas instâncias. Na perspectiva desse entendimento, podemos pensar acerca da noção de Formação Ideológica enquanto “conjunto complexo de representações e atitudes que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos às posições de classes em confronto umas com as outras” (PÊCHEUX, 1988, p. 91), como espaço em que os diferentes contornos do real circunscritos por homens e mulheres em relações de dissenso tecem seus embates. E essas diferentes formas pelas quais a ideologia ganha corpo materializam-se na linguagem, mas não só, também no desenho da memória social, significado, por exemplo, em estátuas, bustos e pedestais.

No que tange às especificidades do funcionamento da memória discursiva, enquanto marca do real histórico, nos termos de Pêcheux (1999), uma de suas interfaces com o esquecimento pode ser pensada a partir da proposição de Le Goff (1990, p. 426), quando este autor afirma sobre o modo “como a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta pelas forças sociais”. E, com base nisso, conclui sobre como “os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (*op. cit.*).

É nessa direção que a Comissão, composta por professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, emite parecer no escopo do processo que trata da recolocação do busto do ex-reitor. Vale dizer que em um primeiro parecer⁸ fora sugerido que o busto fosse colocado em “local seguro, protegido de ações predatórias, e que permita sua visualização pelo público, preservando e difundindo a memória histórica da UFPR.”. O parecer-réplica, elaborado pela Comissão, resulta de ampla discussão na comunidade acadêmica, e configura uma tentativa de equacionamento para o que se coloca como repetição da história do ponto de vista da superestrutura. Entre outros aspectos, apresenta a *descomemoração* como “uma das formas possíveis de reapropriação, ressignificação e reinterpretação do patrimônio histórico por diferentes gerações [...]”. E propõe o que segue:

SD 2 – que no pedestal original sejam afixadas quatro diferentes placas, uma para cada um de seus lados, com os seguintes dizeres:

a) Placa frontal: original do monumento;

⁷ Os esquecimentos têm a ver, consoante Pêcheux (1988), com o efeito do real sobre si mesmo, cujo movimento incide sobre o sujeito um efeito simultâneo de conhecimento/desconhecimento. Nas palavras do próprio Pêcheux, *nesse reconhecimento, o sujeito se “esquece” das determinações que o colocaram no lugar que ocupa*. Tal esquecimento afeta também o nível da formulação enunciativa, gerando opacidade sobre a fonte das operações que presidem o espaço enunciativo.

⁸ Parecer exarado em 17 de dezembro de 2015, por membro do Conselho Superior da Universidade.

- b) *Placa lateral esquerda: “Autor da lei que enquadrou a representação estudantil e criminalizou a participação política de professores e estudantes universitários em 1964”;*
- c) *Placa lateral direita: com o seguinte texto: “Este busto foi derrubado pelo movimento estudantil em maio de 68; repostado, foi novamente derrubado em abril de 2014, para assinalar a passagem dos 50 anos do golpe civil militar de 1964”;*
- d) *Placa traseira: listagem das realizações como reitor em diferentes gestões e descritivo do convênio MEC/USAID que tentou implementar como ministro⁹.*

A placa fronteira, original, comportaria o seguinte enunciado: “Ao Magnífico Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, homenagem da Faculdade de Filosofia pela construção de sua sede.” Os demais feitos do reitor, arrolados na parte traseira, estariam em convergência ideológica com este primeiro enunciado. Nas laterais, a posição do confronto: o registro de um feito antidemocrático e o de um ato coletivo de resistência. As diferenças de posição são dadas a ver, literalmente enquadradas geograficamente e repartidas em enunciados distintos. No entanto, sabemos, desde Pêcheux, que “uma ideologia é não idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, 1980, p. 192). O descritivo do convênio MEC/USAID, objetivado na gestão ministerial do reitor o próprio da divisão política. É a placa que se pretende laudatória, contudo, sinaliza a tentativa de acordo que inscreve o ex-reitor nas práticas de desagravo de parte da comunidade, pelos significados do referido acordo em relação ao projeto já de desmonte da educação pública brasileira.

Com relação aos sujeitos enunciadores do parecer, vale dizer que a proposição de recolocação do busto em local de visibilidade é sustentada por argumento que faz manifestar, em seus interstícios, a posição em que estes se inscrevem:

Estranha a proposta em questão de que o busto seja colocado em “local seguro”, a salvo de ações predatórias, como sugere o parecerista. Entendemos que tal condição deve ser garantida a todo patrimônio sob guarda desta instituição e não apenas a esta peça singular como sugere o parecerista. Mais ainda, pretender remover peças de tamanho valor histórico para um lugar “seguro” somente contribuirá para sua invisibilização, anulando o potencial destas em contribuir para a educação Patrimonial.¹⁰

A reivindicação dos pareceristas, que reconhecem a legitimidade das práticas de descomemoração, é pelo não apagamento da história, independentemente do que ela significou. Reconhecem o espaço do litígio e sinalizam, pela via das aspas, a tentativa de eliminação das contradições na proposta anterior. No argumento de segurança, apresentado pelos emissores do parecer anterior, e mobilizado na condição da réplica, é deslinearizado um movimento em direção à proposta de congelamento da memória da Ditadura. Se se trata mesmo de prover segurança ao patrimônio histórico, por que apenas e especialmente a este? E

⁹ Recorte do Parecer de 23 de maio de 2016, relativo ao processo 23075.108901/2015-65, que trata da recolocação do busto do ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda, exarado pela Comissão constituída por professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

¹⁰ Excerto do Parecer de maio de 2016, subscrito por Comissão composta por professores do Departamento de História da UFPR.

ao se eleger este, o que se pode dizer acerca do silenciamento, sobre os não ditos em torno de tantos outros monumentos que celebram a memória da Ditadura e se mantêm intocáveis? E quais o não-ditos que cercam a alocação do monumento em causa no espaço público e dos quais ele precisa colocar-se ao abrigo?

Ao mesmo tempo, o enunciado no processo faz sinalizar, no prefixo de negação presente em *invisibilização* o jogo contraditório de história manifesto na materialidade linguística: trata-se de esconder para esquecer? Se este é um dos sentidos possíveis para o adjetivo *seguro*, a segurança que se pretende lograr só pode ser aquela que silencia a disputa de posições e de narrativas. E assim podemos compreender o alcance mais amplo e plural de educação patrimonial, em consonância com um enunciador que se posiciona como reconhecedor da legitimidade da *descomemoração*.

Em que pese a abertura para o espaço da contradição, é preciso dizer também que a proposta então apresentada, de recolocação do busto com placas indicativas dos diferentes modos pelos quais o monumento foi significado no decurso da história e das práticas coletivas procura constituir um espaço de consenso, que reconfigura a memória, de um modo ainda diferente do discutido até aqui.

Para refletirmos acerca dessas diferenças, julgamos pertinente mobilizar discussão de Indursky (2015) acerca dos gestos de renomeação em espaços públicos, em que nomes de ruas, escolas etc. que homenageiam vultos relacionados às Ditaduras são substituídos, em resultado de demanda popular e de Projeto de Lei, por nomes relacionados à democracia e a movimentos populares. A autora apresenta noção de memória como *dobradura, um movimento que* “silencia posições diferentes e/ou divergentes, recalando-as em uma zona do interdiscurso” (2015, p. 20). Para ela há nisso um duplo e tenso movimento: de um lado, o funcionamento de uma política de esquecimento; de outro, uma política de resgate da memória. Embate este no qual subjetividades e memória estariam em confronto e a renomeação funcionando como marca linguística de resistência.

Como o esquecimento não é possível para nenhum lado da disputa, há a reedição do litígio da ditadura, nas palavras de Indursky; contudo, a face controversa desse movimento, sublinha ela, é a produção de outro tipo de esquecimento. A renomeação soa como rememoração, pois resgata uma memória silenciada, ao mesmo tempo em que “joga para dentro da *dobradura da memória* nomes que ajudam a não esquecer os anos de chumbo no Brasil e corre-se o risco de construir, dessa forma, outra via de *política do esquecimento*. (INDURSKY, 2015, p. 25).

Neste caso específico, a colocação das diferentes placas indicativas, em diferentes sentidos, confere forma material à emergência da memória para os diferentes lados envolvidos. E, literalmente, as placas indicam a direção da memória, que se torna vetorizada. Ao invés da *dobradura*, a abertura, contudo, não se trata de abertura que equaciona litígio, antes, põe em evidência o efeito de pacificação da relação história-memória.

A proposição do consenso onde havia dissenso produz a memória como “substituição”, nos termos que a definiu Robin (2016):

O verdadeiro esquecimento talvez não seja o vazio, mas o fato de imediatamente colocar uma coisa no lugar de outra, em um lugar já habitado, de um antigo monumento, de um antigo texto, de antigo nome. Ou ainda voltar atrás passando por cima de um passado recente, obliterado em favor de um mais antigo. (ROBIN, 2016, p. 93)

Essa reconstrução de algo como um gesto “para esquecer o que sua ausência significava” (2016, p. 94) apresenta um agravante, sublinhamos: a ausência, o pedestal demolido depredado, que significava enquanto gesto de resistência, passa a funcionar como tentativa de controle dos sentidos. Temos, assim, uma substituição em sentido parcial, porque a coexistência dos enunciados, apontando para diferentes historicidades e, emblematicamente, em diferentes direções, constitui o referente de modos diversos, senão antagônicos até. A alocação das placas em diferentes inscrições, consoante discutimos anteriormente, inscreve politicamente a memória, pelo gesto de interpretação. Há, minimamente, duas Formações Discursivas (FD) em jogo e em disputa pelos sentidos, não sem intersecção de suas fronteiras, conforme também discutimos e em acordo com o próprio da FD.

O busto, como lugar de memória, reveste-se, deste modo, de ressignificação. Venturini (2009), em estudo sobre o funcionamento do museu no espaço urbano, mobiliza o conceito de lugar de memória, assim problematizando a referida noção:

O lugar de memória funciona duplamente. Primeiro, guarda vestígios que irrompem no discurso da comemoração - eixo das relações - pelos objetos culturais que os ritos comemorativos convocam e celebram. Segundo, constitui e dá visibilidade a esses objetos, ressignificando-os, não somente como rastros do passado, mas como movimento contraditório em que o passado é interpretado em função de um presente e encaminha a um futuro. Esses rastros e vestígios linearizam no eixo da formulação o presente cultural do espaço urbano, mas também a história e a memória desse espaço e também dos sujeitos que o constituem e são por eles constituídos. (VENTURINI, 2009, pp. 67-68)

No eixo das relações, a fixidez, no da formulação, o espaço em que joga o movimento. O incontornável da interpretação, nos termos de Pêcheux (1999), e que é, por sua vez, espaço de disputa de narrativas. Não ausente das marcas da ruptura e da impossibilidade. A sutura, diríamos nós.

5 O museu do percurso: a memória como sutura

Em estudos anteriores, trabalhei a noção de *memória suturada* a partir de desdobramentos que fiz da noção de *memória suturada*, de Robin (2016). Entre o excesso, proposto por Robin como anverso do esquecimento, e o a-mais, possibilidade igualmente do esvanecimento, propus a *sutura* enquanto vestígios linguageiros de uma tentativa de fazer cicatrizar a ordem da exclusão, do não pertencimento de sujeitos na ordem do social e da história. Mobilizei, então, a metáfora da sutura a partir da impossibilidade de apagamento pleno dos fios estranhos no corpo humano, naquela ocasião tratando especificamente da condição negra no Brasil. Neste momento quero continuar pensando na sutura como marca/emergência constitutiva da memória em torno dos confrontos/disputas tecidos na narrativa do passado. Há disputas porque a narrativa hegemônica nunca é resultado de negociações equânimes. É a narrativa do mais forte, do vencedor que se assenta e perpetua, seja nas formas escritas, seja nas formas simbólicas. Os sem-parcela, tais como aqueles que fizeram a resistência nos regimes ditatoriais; negros, indígenas, dentre outros tantos anônimos, não

angariam espaço de celebração, senão por raros regimes de exceção ou pela ordem do confronto.

A decisão pelo consenso, de parte do Conselho Superior, propôs a colocação do busto e de outros monumentos em espaços de livre circulação, designado de Museu do Percurso:

SD3 – O museu de percurso (como lugar de memória) se constituirá nas instalações da UFPR e fará o registro da sua narrativa e da sua disputa [...]. O ponto 2 do percurso será o busto do Professor Flávio Suplicy de Lacerda, ladeado pelas explicações referentes aos acontecimentos que seguiram a sua instalação e retiradas, bem como os acontecimentos que compõem a narrativa dos eventos, a ser construída pelos historiadores desta Universidade, compondo um QR Code ou link específico. (Página 5 do Parecer)

Os argumentos da parecerista encontram ancoragem em uma perspectiva histórico-dialética e a favor da não linearidade nem transparência dos fatos. Fundamenta-se ela no caráter de disputa de que se reveste tanto a história quanto a memória. Também defende a necessidade de se tomar a história pela perspectiva da *fratura* e *de todos os atores sociais, não somente dos vencedores*.

6 Algumas considerações finais acerca dos movimentos da memória

No ano de 2015 debateu-se, em várias cidades do Brasil, a necessidade de alterar/trocar os nomes de ruas, escolas que homenageavam personagens da Ditadura Militar. Rosa Cardoso, presidente da Comissão de Verdade no Rio, afirmava que “não podemos homenagear uma pessoa responsável por crimes de lesa-humanidade em um local onde as crianças estão para refletir sobre a história geral do país.” (FERNANDES, 2015). Em julho de 2020, em Bristol, nos Estados Unidos, a estátua de Edward Colston, comerciante de escravos é derrubada e substituída por escultura de mulher negra, em representação às manifestantes que derrubaram o monumento. Eventos semelhantes, de derrubada e destruição de monumentos em homenagem a escravocratas fizeram eco em outras partes do mundo, das quais destacamos o Brasil. Em julho de 2021, na Colômbia, manifestantes derrubaram a estátua de Cristóvão Colombo, aos gritos de assassino, ao mesmo tempo em que desfraldavam a *Wiphala*, bandeira dos povos indígenas. Também em julho houve proposta, na Bolívia, para que a estátua do colonizador espanhol Alonso de Mendonza fosse retirada. Para além do que ela significa simbolicamente, há sentidos explícitos de sujeição em sua composição, haja vista que o colonizador está posicionado com espada sobre os indígenas, em posição inferior. Estes são apenas alguns dos inúmeros exemplos sobre a materialização do dissenso, das disputas em torno da constituição memorialística em diferentes condições históricas de produção.

O Parecer final do objeto de discussão deste estudo, sobre o busto do ex-reitor Lacerda afirma, entre outras coisas, que “é preciso passar a História a limpo.” Queremos defender que o espaço do dissenso não consegue apagar as marcas do passado, tampouco alcançam esse intento de modo pleno as iniciativas pacificadoras e conciliadoras. Admitimos que elas têm seu mérito, por darem espaço aos vencidos e/ou esquecidos/silenciados nas narrativas hegemônicas. Contudo, a fissura permanece. O que a tentativa de conciliação consegue fazer é suturar a memória, ao colocar em confronto discursos antagônicos. Ou seja, confere visibilidade às

cicatrizes, ao que se impõe como estranho-pertencente. Nessa perspectiva, entendemos, por exemplo, a criação do museu na condição de percurso como materialização própria da memória: movimento que se contrapõe à fixidez. *Percurso* que se coloca como enfrentamento à possibilidade de esquecimento/apagamento, *curso* que se faz no trajeto, (*per*), entre versões, entre lacunas, entre recortes da história e da memória. *Curso-discurso*, porque se estabelece como prática material, revestida das lutas concretas de homens e mulheres e descongela a memória pétrea, desestabiliza a projeção imaginária em torno dessa memória como imutável. O percurso/movimento simboliza, assim, a constituição memorialística tal como a propunha Lênin: vindo das massas, a partir de discursos cotidianos e materiais relacionados às práticas do povo. *Curso-discurso* que não esconde os fios da sutura que costuram passado-presente. E cujas amarras e nós correm sempre o risco de desfazerem-se.

Agradeço à valiosa interlocução com a colega Maria Cleci Venturini, a partir da leitura por ela feita da versão deste artigo em sua fase de finalização.

Referências

- CAZARIN, E. A. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí: Unijuí, 2015.
- FERNANDES, M. Passado que incomoda. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 6, 21 set. 2015. Editoria Brasil.
- GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- INDURSKY, F. Políticas de esquecimento x políticas de resgate da memória. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (org.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes, 2015. v. 1.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. *Por que derrubamos o busto de Suplicy de Lacerda?* Curitiba, 2 abr. 2014. Facebook: levantepopulardajuventude. Disponível em: <<https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude/posts/por-que-derrubamos-o-busto-de-suplicy-de-lacerdano-dia-01-de-abril-de-2014-o-lev/707059699359587/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. *Sobre*. Facebook: levantepopularda juventude. Disponível em: <https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M.; ACHARD, P. *et al.* *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. [1975]. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

RASIA, G. dos S. Intolerância e resistência: a memória como tecido suturado. 24 set. 2020. In: SEMINÁRIO INTERNO INSTITUCIONAL PRIMAVERA DE PESQUISAS NO SUL, 1., Curitiba; Guarapuava; Santa Maria. *Comunicação oral*. Curitiba: UFPR; Guarapuava: Unicentro; Santa Maria: UFSM, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nGBxosn7nDg>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ROBIN, R. *A memória saturada*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. *Resolução 7/2017, de 25 de maio de 2017*. Curitiba: Conselho Universitário, 2017. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portallufpr/wp-content/uploads/2020/12/Parecer-COUN.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VENTURINI, M. C. *Imaginário urbano: espaço derememoração/comemoração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2009.

Recebido em: 30/07/2021

Aceito em: 17/10/2021